

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2019/022216

RECORRENTE: GERALDO MAIA DE CARVALHO

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT

AUTO DE INFRAÇÃO: R000510085

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Art. 4º, incisos I e IV da Resolução nº 299 do CONTRAN. Recurso Não Conhecido.

#### Relatório

Trata-se o presente, de Recurso interposto pelo proprietário legal.

A Recorrente junta, em parte, a documentação necessária à análise de suas argumentações, entretanto, apresentou fora do prazo e não formulou pedido, o que por óbvio, é óbice à cognição deste Julgador.

É o relatório.

#### Voto

Restou superadas as questões de Ordem Processuais, a capacidade postulatória, entretanto, havendo impedimento à apreciação do mérito, por intempestividade e ausência de causa de pedir e pedido, situação que se amolda na disposição do artigo 4º I e IV da Resolução 299 do CONTRAN transcrita abaixo:

Art. 4º A defesa ou recurso não será **conhecido** quando:

I - for apresentado fora do prazo legal;

II - não for comprovada a legitimidade;

III - não houver a assinatura do recorrente ou seu representante legal;

IV - não houver o pedido, ou este for incompatível com a situação fática; (Grifos nossos).

Ausente, o efetivo pedido, e com fundamento no Art. 4º, Incs. I e IV da Resolução nº 299 do CONTRAN, VOTO no sentido de **NÃO CONHECER** do recurso interposto, pelas razões ora expostas, julgando **VÁLIDO** o Registro do Auto de Infração nº. R000510085 lavrado contra **GERALDO MAIA DE CARVALHO mantendo a exigibilidade daquele Auto de Infração.**

#### Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **NÃO CONHECER** do Recurso apresentado, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **R000510085** pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 01 de fevereiro de 2022.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas -Membro Suplente em Exercício /SIT – Relator

Regina Helena S. dos Santos - Membro suplente em Exercício - DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Secretário interino da JARI